



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO DO EGRÉGIO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo: TC-4499.989.23-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA, pessoa jurídica de direito público devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados, com fulcro no artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93 e no artigo 49, I do Regimento Interno, apresentar ESCLARECIMENTOS, em atendimento ao r. despacho publicado no DOE em 19 de abril de 2023.

## 1. SÍNTESE DOS FATOS

Tratam os autos da análise das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Olímpia relativas ao exercício de 2023.

Em apertada síntese, o Eminentíssimo Conselheiro Relator determinou a notificação dos responsáveis pela Prefeitura Municipal de Olímpia para que, com fulcro no artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93 e no artigo 49, I do Regimento Interno do TCE/SP, apresentem informações sobre os seguintes pontos:



1. Esclarecer como a Prefeitura oferta o Atendimento Pedagógico Especializado em sua rede municipal de ensino (artigo 4º, inciso III da LDB) apresentando:

a) quantitativo dos alunos com deficiência que estão matriculados na rede municipal de ensino (ano letivo 2023); e

b) dos matriculados em Entidades do Terceiro Setor (AMAs, APAEs etc...) custeadas com recursos do Município que prestam o mesmo tipo de atendimento ou suplementar ao serviço oferecido pela Municipalidade;

2. Fornecer a atual composição (representantes da comunidade escolar e da sociedade civil) do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Acompanhamento de Controle Social (CACCS) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb);

3. Informar como é efetuado o acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência nos moldes da Lei 13.146/2015 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação discriminando:

a) material didático utilizado;

b) número de profissionais que efetuam o atendimento;

c) unidades em que há atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência;

4. Sobre as crianças com transtorno do espectro autista, incluídas nas classes comuns de ensino regular, nos termos do Parágrafo único, do art. 3º da Lei 12.764/2012, que terão direito a acompanhante especializado<sup>(1)</sup>, esclarecer como o Executivo implementou a política pública no âmbito de suas unidades escolares;

5. Informar as medidas para receber crianças com deficiência nas escolas municipais, conforme ditames das Leis nº 10.098/2000 e 13.146/2015, de modo a garantir a todo e qualquer aluno com necessidade especial ou mobilidade reduzida, transitar por espaços



públicos, sem que sejam encontradas barreiras que impossibilitem o convívio ou trânsito social em áreas de acesso, circulação ou permanência.

Diante disso, cumpre à Origem prestar os devidos esclarecimentos e descrever as ações que estão sendo realizadas diante dos sobreditos questionamentos, em atenção ao r. despacho proferido.

É o que se passa a fazer.

## 2. DO MÉRITO

### 2.1. Da composição do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Acompanhamento de Controle Social (CACS) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) (item 2)

O Eminente Conselheiro Relator requisitou que a Origem apresentasse esclarecimentos quanto à composição do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Acompanhamento de Controle Social (CACS) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Neste sentido, impõe informar que a Lei nº 2.685 de 11 de fevereiro de 1998 dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Educação, o qual é vinculado à Secretaria Municipal de Educação, cuja composição restou prevista no artigo 2º<sup>1</sup> da referida legislação (Doc. 1).

---

<sup>1</sup> Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação será composto por 9 (nove) membros, sendo:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação;

II - 1 (um) representante dos professores de escolas públicas do Ensino Fundamental;

III - 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas do Ensino Fundamental;

IV - 1 (um) representante dos pais de aluno;



Por sua vez, o artigo 1º do Decreto nº 8.386, de 05 de abril de 2022 dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal da Educação (**Doc. 2**), da seguinte forma:

**I – representante da Secretaria Municipal da Educação:** Luciana Maria Morales Nunes Alves Teixeira – RG n.º 19.246.204-0 – Titular Marcela Rúbia Nespolo Aniceto – RG n.º 28.891.307-3 – Suplente

**II – representante dos Professores de Escolas Públicas do Ensino Fundamental:** Telma Cristina Rodrigues Garcia Gonçalves – RG n.º 33.042.948-6 – Titular Sandra Donizete Canevaroli Spagnuolo – RG n.º 12.142.485 – Suplente

**III – representante dos Diretores de Escolas Públicas do Ensino Fundamental:** Michelle Cristina Lopes Magro – RG n.º 34.134.268-3 – Titular Deolinda Cristina Carozio Tavares – RG n.º 19.581.419-8 – Suplente

**IV – representante dos Pais de Alunos:** Lilian Orlando Bianchi – RG n.º 29.096.741-7 – Titular Eslei Miler Carroselli Mazonetto – RG n.º 34.134.188-8 – Suplente

**V – representantes dos Servidores das Escolas Públicas do Ensino Fundamental:** Iuri Guimarães Verconte – RG n.º 44.397.278-3 – Titular Angelica do Amaral Pacheco – RG n.º 43.085.666-0 – Suplente

---

V - 1 (um) representante dos servidores das escolas públicas do Ensino Fundamental;

VI - 1 (um) representante dos diretores e professores do Ensino Pré-Escolar;

VII - 1 (um) representante das escolas particulares;

VIII - 1 (um) representante das entidades da sociedade civil assim entendidas as associações de classe, os sindicatos, etc.

IX - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Redação dada pela Lei nº 2689/1998)



**VI – representantes dos Diretores e Professores do Ensino Pré-Escolar:** Sueli Teresinha Silva – RG n.º 15.626.945-4 – Titular Sandra Regina dos Santos – RG n.º 22.026.254-8 – Suplente

**VII – representantes das Escolas Particulares:** Dâmela Scatulon Borges – RG n.º 53.539.326-X – Titular Patrícia de Rezende Canoas – RG n.º 32.472.823-2 – Suplente

**VIII – representantes das Entidades da Sociedade Civil:** Flávia de Oliveira Magri – RG n.º 6.389.731-0 – Titular Danieli Alessandra Nalini Carvalho – RG n.º 30.929.757-6 – Suplente

**IX – representantes do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Taíse Renata da Cruz – RG n.º 33.415.015-2 – Titular Cláudia Augusta Augusto Caetano – RG n.º 28.002.572-5 – Suplente (grifos originais)

Noutro giro, o artigo 2º da Lei nº 4.594, de 07 de abril de 2021<sup>2</sup> dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB (**Doc. 3**).

---

<sup>2</sup> Art. 2º O Conselho a que se refere o artigo 1º desta Lei é constituído por membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

I - 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

II - 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

III - 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

IV - 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

V - 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

VI - 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas, quando houver;

VII - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;

VIII - 1 (um) representante do Conselho Tutelar;

IX - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil.



Assim, fora publicado no Diário Oficial do Município, em 16 de fevereiro de 2023, o Decreto nº 8.686 de 15 de fevereiro de 2023, o qual estabelece, em seu artigo 1º, a composição do CACS e do Fundeb (**Doc. 4**), veja-se:

**Art. 1.º** O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, nos termos da Lei n.º 4.594, de 07 de abril de 2021, para o quadriênio de 2023/2026, fica assim constituído:

**I – dois representantes do Poder Executivo Municipal:** Maria Aparecida Pagliarini – RG n.º 7.255.077-6 – Titular Luciana Raphael Diniz Spagnol – RG n.º 22.238.174-7 – Suplente Danila Rodrigues Oliveira Vicentini – RG n.º 33.776.888-2 – Titular Tiago Pessoa Lourenço – RG n.º 42.159.474-3 – Suplente

**II – um representante dos Professores da Educação Básica Pública:** Ana Cláudia Rodrigues da Silva – RG n.º 48.982.757-3 – Titular Bruna Silvestre Bonito – RG n.º 42.426.067-0 – Suplente

**III – um representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:** Christiane Marreto Grato – RG n.º 29.567.059-9 – Titular Roberta Jucilene Nunes – RG n.º 25.711.911-5 – Suplente

**IV – um representante dos Servidores Técnico- Administrativos das Escolas Básicas Públicas:** Diego dos Santos Alves Feitoza – RG n.º 45.122.041-9 – Titular Fábria Cristina Rosino Campos – RG n.º 22.623.011-9 – Suplente

**V – dois Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:** Renata Aparecida da Silva Guariente – RG n.º 33.178.339-X – Titular Suelem Cristina de Souza – RG n.º 49.736.116-4 – Suplente Estela Maris Domingos Miranda de Paula – RG n.º 26.791.508-1 – Titular Maiara de Souza de Lima Oliveira – RG n.º 48.983.983-6 – Suplente



**VI – dois representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:** Renato Hipolito Dantas – RG n.º 26.454.982 – Titular Edenilza Dourado – RG n.º 34.119.926-6 – Suplente Eliete Pereira Silva – RG n.º 48.347.560-7 – Titular Donizete José Muniz – RG n.º 20.274.716-5 – Suplente

**VII – um representante do Conselho Municipal da Educação:** Michelle Cristina Lopes Magro – RG n.º 34.134.268-3 – Titular Telma Cristina Rodrigues Garcia Gonçalves – RG n.º 33.042.948-6 – Suplente

**VIII – um representante do Conselho Tutelar:** Rosangela Inacio Salomão – RG n.º 14.399.614-4 – Titular Vanessa Montanhani – RG n.º 43.333.749-7 – Suplente

**IX – dois representantes de Organizações da Sociedade Civil:** Márcia Aparecida de Oliveira – RG n.º 15.415.713-2 – Titular Josilene Cristina de Oliveira Canevaroli – RG n.º 33.775.743-4 – Suplente Danila dos Santos Magro – RG n.º 29.307.840-3 – Titular Silvania da Silva Muniz – RG n.º 24.297.348-6 – Suplente (grifos originais)

Assim, restaram devidamente esclarecidas as informações solicitadas pelo Eminentíssimo Conselheiro Relator do feito quanto à composição do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Acompanhamento de Controle Social (CACCS) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

## **2.2. Do atendimento pedagógico especializado (itens 1, 3, 4 e 5)**

Em relação ao acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência, nos moldes da Lei 13.146/2015 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cumpre a Origem informar que elaborou o Planejamento de Educação Especial Inclusiva referente ao 1º Semestre de 2023, para a educação infantil – pré-escola e ensino fundamental, conforme documentos anexos (**Docs. 5 e 6**).



O planejamento relativo ao acompanhamento pedagógico inclui a previsão de locais, datas e horários de trabalhos, o assunto a ser desenvolvido, seu objetivo e os responsáveis Coordenadores Técnico-Pedagógicos.

Quanto ao quantitativo dos alunos com deficiência que estão matriculados na Rede Municipal de ensino no ano letivo 2023, cumpre esclarecer que, até a presente data, estão matriculados 166 (cento e sessenta e seis) alunos, nas modalidades Creche, Pré-Escola e Ensino Fundamental Anos Iniciais (**item 1, alínea “a”**).

Em relação aos matriculados em Entidades do Terceiro Setor (AMAs, APAEs etc.) custeadas com recursos do Município que prestam o mesmo tipo de atendimento ou suplementar ao serviço oferecido pela Municipalidade, cumpre esclarecer que a Secretaria Municipal de Educação contrata e fornece anualmente 9 (nove) professores para atuar na APAE de Olímpia (**item 1, alínea “b”**).

No tocante ao material didático utilizado para o acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência, nos moldes da Lei 13.146/2015 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cumpre destacar que este corresponde ao “Trilhas do Sistema de Ensino FTD”, sendo oferecido a todos os alunos da Rede Municipal de Ensino (Pré-Escola e Ensino Fundamental anos iniciais) (**item 3, alínea “a”**).

Ainda, convém esclarecer que, sempre que necessário, o material é ampliado para os alunos com deficiência ou tem sua fonte aumentada para os alunos com dificuldade na visão, além do material oferecido em *Sistema Braille* para os alunos com deficiência visual. O conteúdo também é adaptado e flexibilizado de acordo com a necessidade de cada aluno, sob a orientação do Professor do Atendimento Educacional Especializado.

Quanto ao número de profissionais que efetuam o atendimento, cumpre registrar que atualmente são 15 (quinze) professores realizando o Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais (**item 3, alínea “b”**).



De outra banda, afirma-se que todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Olímpia realizam o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, de modo que estes ocorrem nas Salas de Recursos Multifuncionais Polos ou Itinerantes, e nas seguintes escolas (**item 3, alínea “c”**):

EMEB Theodomiro da Silva Melo;

EMEB Prof<sup>o</sup> Reinaldo Zanin;

EMEB Washington Junqueira Franco;

EMEB Joaquim Miguel dos Santos;

EMEB Jardim Hélio Cazarini;

EMEB Prof<sup>a</sup> Zenaide Rugai Fonseca;

EMEB Dona Luiza Seno de Oliveira;

EMEB Santo Seno;

EMEB Prof<sup>o</sup> Maurício César Alves Pereira;

EMEB Pro<sup>o</sup> José Sant’Anna;

EMEB Thiago Felício de Sant’Anna e;

EMEB Valentina Toazza.

Sobre as crianças com transtorno do espectro autista, incluídas nas classes comuns de ensino regular, nos termos do parágrafo único, do art. 3º da Lei 12.764/2012<sup>3</sup>,

---

<sup>3</sup> Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

(...)



que possuem direito a acompanhante especializado<sup>4</sup>, cumpre esclarecer que a Origem implementou a política pública destinadas a estes educandos no âmbito de suas Unidades Escolares (**item 4**).

Neste sentido, registra-se que o acompanhante de apoio escolar é disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, objetivando a acessibilidade, comunicação e atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção, bem como quando a necessidade específica do estudante não for atendida no contexto geral de escolarização articulando-se às atividades da aula comum, sendo avaliado periodicamente pela Unidade Escolar a efetividade e necessidade desse profissional, juntamente com a família do educando.

Quanto às medidas para receber crianças com deficiência nas escolas municipais, conforme ditames das Leis nº 10.098/2000 e 13.146/2015, registra-se oportunamente que a Origem garante a todo e qualquer aluno com necessidade especial ou mobilidade reduzida o trânsito por espaços públicos, sem que sejam encontradas barreiras que impossibilitem o convívio ou trânsito social em áreas de acesso, circulação ou permanência (**item 5**).

Nesta toada, quando comprovada a necessidade de eliminação de superação de barreiras que impossibilitem o convívio ou trânsito social em áreas de acesso, circulação ou permanência do aluno, é realizado um estudo com os órgãos responsáveis para identificar as dificuldades encontradas por alunos com deficiência no uso dos espaços e equipamentos escolares, e, se o caso, proceder à construção de rampas de acesso, banheiros adaptados, cadeira de rodas adequada à necessidade do aluno, cadeiras estacionárias, entre outros.

---

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

<sup>4</sup> Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.



Dessa forma, restaram esclarecidas todas as informações solicitadas pelo Eminentíssimo Conselheiro no r. despacho referente ao atendimento pedagógico especializado nas Unidades de Ensino Municipais.

### 3. DO PEDIDO

Por todo exposto, uma vez prestadas as informações solicitadas pelo Conselheiro Relator, carreando-se aos autos os devidos esclarecimentos e documentos, requer-se o recebimento e acolhimento dos presentes esclarecimentos, sem prejuízo de a Origem permanecer à disposição para a realização de demais esclarecimentos que se façam necessários à nobre função exercida por esta Egrégia Corte de Contas.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 1º junho de 2023.

PERCIVAL JOSÉ BARIANI JUNIOR

OAB/SP Nº 252.566

ADRIANE MARIA GONÇALVES

OAB/SP Nº 437.211

BEATRIZ CAMPOS ALVES

OAB/SP Nº 447.079